
FEDERAÇÃO DE ESTUDANTES DE AGRONOMIA DO BRASIL – FEAB

COORDENAÇÃO NACIONAL – UFMT Sinop

“Somos o que amamos, somos FEAB!”

Sobre a FEAB

A Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) é uma entidade que a nível nacional organiza e articula os (as) estudantes de agronomia, com o intuito de abordar criticamente as reflexões que permeiam a formação de profissionais que compreendam profundamente a dinâmica dos sistemas agrários e a realidade do campo brasileiro.

A FEAB compreende que a universidade é um dos principais locais de sua atuação, defendendo o direito de acesso e permanência a todos os cidadãos a uma educação pública, gratuita, laica, democrática, popular e de qualidade. Lutamos por um profissional que compreenda com plenitude o caráter e o enfoque social, econômico, ecológico, cultural, político, ético e científico de sua formação, na qual o ensino, a pesquisa e a extensão sejam interdisciplinarmente abordados ao longo do curso, contribuindo assim para a consolidação de uma educação cientificamente crítica e emancipatória.

Compreendendo que a formação profissional deve ser interdisciplinar e que a universidade deve estar relacionada diretamente com as demandas reais da sociedade, a FEAB mantém relações de reciprocidade e diálogo com outras entidades que compõe o movimento estudantil nacional, como a Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), a Executiva Nacional dos Estudantes de Biologia (ENEBio), entre outras, além da União Nacional dos Estudantes (UNE), mantendo também relações constantes com movimentos sociais populares, fazendo parte da Via Campesina, a maior articulação internacional dos movimentos sociais do campo na atualidade.

Nossa história

O Movimento Estudantil da Agronomia no Brasil iniciou-se na década de 1950. Em 1951, os estudantes de Agronomia e Veterinária criaram a União dos Estudantes de

Agronomia e Veterinária do Brasil (UEAVB) na qual realizaram em conjunto os Congressos Nacionais dos Estudantes de Agronomia e Veterinária até 1953. Em 1954 realizou-se o primeiro congresso organizado somente pelos estudantes de agronomia, denominado I Congresso Brasileiro de Estudantes de Agronomia (CBEA). No II CBEA, em 1955, criou-se o Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil (DCEAB). Em seus primeiros congressos, os estudantes realizavam atividades de integração cultural, esportiva, com espaços para a apresentação e discussão de trabalhos científicos, além de espaços de discussões de temas relacionadas à qualidade do ensino agrícola, reforma agrária, entre outros.

Em 1968, durante a Ditadura Militar, o Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil (DCEAB), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e demais Movimentos Sociais Populares, entraram na clandestinidade, devido à promulgação do Ato Institucional Nº 5 (AI – 5), que proibia a reunião de pessoas para fins políticos. As atividades realizadas pela organização dos estudantes de agronomia foram parcialmente interrompidas entre os anos de 1968 e 1971, ocorrendo somente encontros escondidos entre os estudantes, devido à forte repressão militar. Nesse mesmo período, ocorreu a prisão e tortura de lideranças estudantis, além do roubo e desaparecimento de arquivos históricos.

No ano de 1972, realizou-se o 15º Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia (CONEA) em Santa Maria/RS, na qual o movimento estudantil de Agronomia recupera sua organização e articulação nacional, através da fundação da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). Os temas que centralizaram os debates da FEAB após o final da década de 1970 e início dos anos 1980 foram principalmente sobre agricultura alternativa, iniciação científica, currículo e formação profissional, mantendo continuamente em seus congressos os fóruns esportivos e culturais.

Desde sua fundação, a FEAB foi protagonista de diversas iniciativas, as quais contribuíram significativamente para a formação de profissionais de agronomia e para a nossa profissão, como o fim da Lei do Boi que oferecia cota para filhos de fazendeiros nas universidades; o desenvolvimento e consolidação do Currículo Mínimo Nacional, e a criação do Receituário Agrônomo.